

e metas de saúde para 2020 do atual Programa Nacional para a Prevenção e Controlo da Dor,² nomeadamente “sensibilizar os cidadãos para a prevenção e gestão da dor, promovendo a sua literacia em saúde” e “promover o acesso equitativo de toda a população a cuidados de saúde no âmbito do tratamento da dor segundo as boas práticas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos doentes com dor”, assim como “contribuir para melhorar a formação dos profissionais de saúde sobre a avaliação e controlo da dor”, propomos a divulgação e utilização de informação escrita e esclarecida sobre a utilização de medicamentos opioides para o controlo da dor. Pensamos estar assim a contribuir para a missão da revista, assim como para as estratégias descritas no Programa.²

A declaração de Montreal, elaborada em 2010 pela OMS e subscrita pela International Association for the Study of Pain (IASP) e pela Associação Portuguesa para o Estudo da Dor (APED), defende que o acesso ao controlo da dor é um direito humano. Os medicamentos opioides são um grupo de fármacos analgésicos universalmente usados no controlo da dor e devem por isso estar disponíveis em todas as idades no alívio de quadros de dor crónica

moderada a severa. Apesar disto, o desconhecimento sobre a sua farmacologia, farmacodinâmica ou farmacocinética, pode levar a situações de risco com sobredosagem, adição ou intoxicação.

O ano de 2018 foi definido pela IASP como o Ano Global da Excelência da Educação em Dor e tem também como objetivo a sensibilização e divulgação de estratégias que combatam o desconhecimento dos problemas de saúde relacionados com dor e a falta de formação em dor nos currículos dos profissionais de saúde.

É neste quadro que vimos propor a divulgação entre os profissionais de saúde do documento em Apêndice intitulado “Medicamentos opioides - o que preciso saber?” (Apêndice 1: https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/view/11663/Apendice_01.pdf), destinado a todos os utentes a quem seja prescrita medicação opioide para o controlo da dor, de forma a esclarecer questões e dúvidas que possam existir ou surgir e que funcione de alguma forma como esclarecimento informado para uma melhor e eficaz adesão terapêutica.

Esperamos que o documento possa ser útil a todos, sobretudo a todos os utentes.

REFERÊNCIAS

1. Reis-Pina P, Lawlor PG, Barbosa A. Moderate to severe cancer pain: are we taking serious action? The opioid prescribing scenario in Portugal. Acta Med Port. 2018;31:451-3.
2. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde. Programa Nacional para

a Prevenção e Controlo da Dor 2017. Junho 2017. [consultado 2018 nov 30]. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/programa-nacional-para-a-prevencao-e-controlo-da-dor-pdf.aspx>.

Filipe ANTUNES^{1,2}, Claudia GEMELGO²

1. Unidade de Dor Crónica. Hospital de Braga. Braga. Portugal.

2. Serviço de Medicina Física e de Reabilitação. Hospital de Braga. Braga. Portugal.

Autor correspondente: Filipe Antunes. filipe.antunes@hospitaldebraga.pt

Recebido: 10 de dezembro de 2018 - Aceite: 12 de dezembro de 2018 | Copyright © Ordem dos Médicos 2018

<https://doi.org/10.20344/amp.11663>



O Exame de Especialidade Europeu de Gastroenterologia e Hepatologia

The European Specialty Examination in Gastroenterology and Hepatology

Palavras-chave: Avaliação Educacional; Educação Médica Pós-Graduada; Escolas Médicas; Gastroenterologia; Internato Médico; Modelos Educacionais

Keywords: Education, Medical, Graduate; Educational Measurement; Gastroenterology; Internship and Residency; Models, Educational; Schools, Medical

Li com muito interesse o artigo publicado por Marques TR e colegas na Acta Médica Portuguesa em Novembro 2018,¹ sendo muito importante esta análise e reflexão sobre os resultados do Exame Final do Internato Médico em Portugal, que os autores consideram merecedor de uma intervenção no sentido de melhorar o seu poder discriminatório.

Venho, assim, trazer uma contribuição para a discussão deste assunto, partilhando a experiência do Exame de Especialidade Europeu de Gastroenterologia e Hepatologia (ESEGH).

A Secção Europeia de Gastroenterologia e Hepatologia (ESBGH) da União Europeia de Médicos Especialistas (UEMS), desenvolveu este Exame em parceria com a Federação Britânica dos Royal Colleges of Physicians e a Sociedade Britânica de Gastroenterologia (BSG), tendo tido a sua primeira edição em 2012.

O ESEGH é baseado em 200 questões de escolha múltipla, em inglês. As respostas são escolhidas entre cinco opções, e sempre a melhor opção das cinco. Não há lugar a respostas múltiplas, nenhuma resposta correcta, respostas pela negativa, duplas negativas, etc. Trata-se de uma avaliação de conhecimentos em gastroenterologia e não de um teste de inglês.

Tem lugar anualmente, no mesmo dia, em simultâneo, em dezenas de centros europeus (e em vários centros fora da Europa).

O Exame é validado cientificamente por 18 especialistas europeus (*Question Writing Group*) que, em cada ano, escrevem e revêm novas perguntas. Estas perguntas devem reflectir de forma imperativa a experiência prática, baseando-se, na maioria dos casos, em casos clínicos reais. Após discussão, o texto é editado por especialistas e vai integrar um banco de perguntas, que, nesta altura, conta com cerca de 3000 perguntas actualizadas. O passo seguinte consiste na reavaliação de um conjunto de cerca de 350 perguntas por um segundo grupo de especialistas europeus (*Examining Board*), que vai rever se o seu conteúdo é correcto e de acordo com o estado da arte, se as respostas são inequívocas, etc. Esta selecção deve representar os diferentes aspectos da especialidade. As recomendações de alocação de perguntas pelas diferentes áreas, são: hemorragia gastrointestinal 5% das perguntas, doenças inflamatórias do intestino 20%, fígado 20%, nutrição 5%, esófago 8%, pâncreas 8%, estômago e duodeno 10%, intestino delgado 10%, doenças biliares 8%, outros 6%. Numa terceira etapa é avaliada a dificuldade de cada pergunta por um terceiro grupo de especialistas europeus (*Standard Setting Group*) e vai ser calculado o número de perguntas que é necessário responder de forma correcta para passar no exame (*pass mark*).

Três países escolheram este exame como exame final obrigatório do internato complementar de gastroenterologia: Reino Unido, Suíça e Holanda.

Em 2018, 413 candidatos concorreram. A taxa de sucesso global foi de 74%, sendo superior a 88% para a Suíça e Holanda. Os candidatos portugueses tiveram uma

taxa de sucesso de 100%, à semelhança dos anos anteriores, sendo as classificações individuais confidenciais.

Após a realização do ESEGH é feito um aturado estudo estatístico, para avaliar a qualidade das perguntas, a sua dificuldade, as áreas de conhecimento com melhor e pior resultado, etc. São seleccionadas 'perguntas-âncora' que obtiveram uma boa performance, para balizarem os próximos exames. Também é feito um inquérito para *feedback* dos candidatos.

Este exame é actualmente escolhido por muitos gastroenterologistas não europeus, sendo claro que não fornece um passaporte para trabalhar na Europa (a taxa de sucesso de não-europeus é de 57%). O candidato que passa o exame recebe, de facto, um certificado de conhecimentos altamente compensador. Este é reconhecido e recomendado por um número crescente de instituições, facilitando estágios ou deslocações intra-europeias. Estas instituições vêm o certificado do ESEGH como uma garantia de um nível de conhecimentos adequado para uma boa prática médica na área da Gastroenterologia e Hepatologia.

O próximo exame será realizado em 10 de abril de 2019 em mais de 60 cidades europeias. O exame ocorre ao mesmo tempo em todos os lugares, por motivos de segurança e qualidade. Estas cidades são escolhidas de acordo com o local de trabalho ou residência dos candidatos pela Pearson Vue, empresa informática encarregada da logística do exame. As inscrições abrem a 19 de dezembro de 2018.

As perguntas-tipo para os candidatos, assim como os passos a seguir para fazer o Exame estão disponíveis em <http://eubogh.org/exam/>.

REFERÊNCIAS

1. Marques TR, Lains I, Martins MJ, Goiana-da-Silva F, Sampaio F, Pessanha I, et al. Avaliação do exame final do internato médico em

Portugal. Acta Med Port. 2018;31:670-9.

Isabelle CREMERS✉^{1,2,3}

1. Serviço de Gastroenterologia. Hospital de S. Bernardo. Setúbal. Portugal.
2. Secretária-Geral. Secção Europeia de Gastroenterologia e Hepatologia. Lisboa. Portugal.
3. Presidente Eleita. Board Europeu de Gastroenterologia e Hepatologia. Lisboa. Portugal.

Autor correspondente: Isabelle Cremers. cremers.tavares@gmail.com

Recebido: 11 de dezembro de 2018 - Aceite: 07 de dezembro de 2018 | Copyright © Ordem dos Médicos 2018

<https://doi.org/10.20344/amp.11665>

